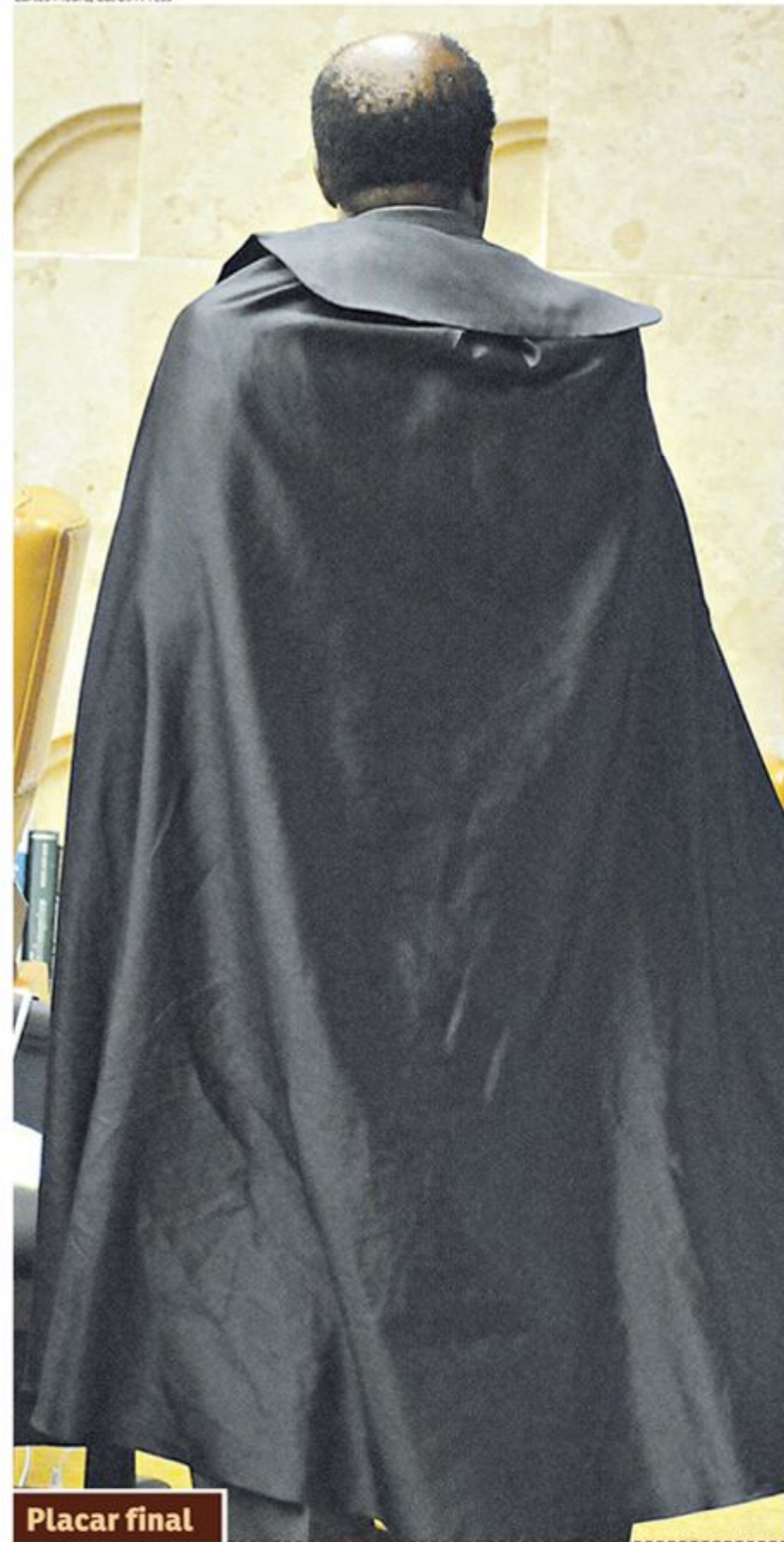


Resultado final contra a antiga cúpula do PT afasta a possibilidade de recursos dos réus com pedido de novo julgamento. Relator é eleito para assumir a presidência do Supremo



Punição inapelável

Carlos Moura/CB/DA Press



» ANA MARIA CAMPOS
» DIEGO ABREU
» HELENA MADER

No dia em que o Supremo Tribunal Federal (STF) sacramentou o veredicto contra o ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu, seu principal alzoço no julgamento do mensalão, o ministro Joaquim Barbosa, foi eleito com o voto unânime do plenário para comandar a mais alta corte de Justiça do país nos próximos dois anos (leia mais na página 4). Entra agora na linha sucessória para assumir a presidência da República, em caso de impedimentos dos chefes do Executivo e Legislativo.

Na sessão de ontem, os ministros Celso de Mello, o decano, e Ayres Britto, atual presidente, confirmaram com votos duros as condenações de Dirceu; do ex-presidente do PT José Genoíno; do ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares; do empresário Marcos Valério e outros quatro réus por corrupção ativa. Com a decisão, o placar contra Dirceu chegou a oito votos contrários e dois favoráveis – do revisor, Ricardo Lewandowski, e de Dias Toffoli. Para Genoíno, o resultado foi de 9 a 1. Delúbio acabou considerado culpado de forma unânime.

Esse resultado afastou, ontem, qualquer hipótese de os réus entrarem com os chamados embargos infringentes. O mecanismo, que, em última análise, permitiria até a realização de um novo julgamento, só poderia ser aplicado caso os réus tivessem recebido ao menos quatro votos favoráveis às suas absolvições.

Sem condições de reverter o julgamento no STF, resta agora aos condenados duas estratégias. Na esfera jurídica, a defesa busca a pena mais leve possível, de forma que os réus do mensalão consigam

escapar da prisão. Para José Dirceu, há um complicador. Ele foi considerado o mentor do esquema do mensalão. Conforme estabelece o Código Penal, a pena é agravada quando o réu "dirige a atividade".

Outro caminho que os petistas pretendem adotar é a politização do resultado do julgamento. Essa tática já começou a ser aplicada, principalmente nas redes sociais. Um exército petista tem se manifestado no Twitter, no Facebook e em blogs contra o STF. O próprio Dirceu divulgou um pronunciamento na noite de terça-feira e voltou a criticar a sua condenação. Disse que o mais importante no momento é o segundo turno das eleições municipais. "Não vou me abater", garantiu ontem. E conclamou a militância: "Vamos às ruas e à luta para consolidar nossa vitória do primeiro turno, apoiando nossos candidatos ou aliados".

Provas

Dirceu pretende fazer uma peregrinação pelo país para se defender e criticar o veredicto do STF. Terá, no entanto, de enfrentar o relator de seu processo na condição de poderoso chefe do Judiciário brasileiro. Além do poder institucional, Joaquim Barbosa tornou-se o ministro mais popular do país, com apoio nas ruas. O relator preferiu ontem não comentar as reclamações de Dirceu quanto a uma suposta condenação sem provas cabais. "Há uma tentativa de politizar o julgamento. Não costumo responder políticos", disse Barbosa. "Nem réus", acrescentou.

Nesse embate político do PT contra

o STF, Barbosa não está sozinho. Primeiro a votar na sessão de ontem, Celso de Mello voltou a defender a Suprema Corte dos ataques que têm partido de advogados de réus e de petistas insatisfeitos com as condenações já proferidas. "Tenho por inadmissível a afirmação de que esse processo busca condenar a atividade política. Ao contrário, condenam-se tais réus porque existem provas juridicamente idôneas", destacou o decano do STF, após observar que não há condenação penal por presunção ou mera suspeita. "O STF tem atuado com absoluta coerência", completou.

O ministro fez uma longa análise sobre a aplicação da Teoria do Domínio do Fato, usada pela maioria dos integrantes do STF para condenar José Dirceu. Celso rebateu a declaração do revisor do processo, Ricardo Lewandowski, que, na semana passada, alertou que tal teoria só deveria ser aplicada em situações excepcionais. "A Teoria do Domínio

do Fato não é usada apenas em momentos de exceção. Portanto, repila-se qualquer declaração de que o tribunal está inovando", frisou o decano. O presidente do STF, Ayres Britto, por sua vez, fez uma dura crítica ao PT e aos integrantes do partido acusados de articular o mensalão. "Não é concebível que um partido se aproprie do outro à base de propina", criticou. Ele ressaltou ainda que o mensalão fez parte de uma proposta do PT de ficar no governo por diversos mandatos consecutivos. "É um projeto de poder que vai muito além de um quadriênio quadruplicado", disse o presidente.

TENHO POR INADMISSÍVEL A AFIRMAÇÃO DE QUE ESSE PROCESSO BUSCA CONDENAR A ATIVIDADE POLÍTICA. AO CONTRÁRIO, CONDENAM-SE TAIS RÉUS PORQUE EXISTEM PROVAS JURIDICAMENTE IDÔNEAS"

Celso de Mello, ministro do STF

Barbosa foi eleito presidente do STF no dia que terminou a votação de uma das acusações contra Dirceu

Placar final

Confira como terminou a votação do item que trata da acusação de corrupção ativa por compra de apoio político no Congresso

José Dirceu

O ex-ministro chefe da Casa Civil foi condenado por 8 a 2, vencidos os ministros Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. Apontado como o mentor do esquema de compra de apoio político ao governo Lula no Congresso.

José Genoíno

Ex-presidente nacional do PT, o ex-deputado federal foi condenado por 9 votos a 1, vencido o ministro Ricardo Lewandowski. Ministros consideraram que Genoíno intermediou pagamentos a partidos da base e avalizou empréstimos fictícios do PT com a SMP&B.

Delúbio Soares

Ex-tesoureiro do PT, Delúbio foi condenado por unanimidade. STF considerou que ele era o elo entre os núcleos político e operacional, articulou esquema, liberava pagamentos e apontava beneficiários dos recursos ilícitos.

Marcos Valério

O empresário, considerado o principal operador do esquema, e os ex-sócios foram condenados por unanimidade. Marcos Valério usou suas empresas para repassar dinheiro a políticos em troca de apoio ao governo Lula no Congresso.

Rogério Tolentino

Apontado como braço direito de Marcos Valério, o advogado foi condenado por 8 votos a 2, vencidos os ministros Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. Teria usado sua empresa para repassar dinheiro a políticos.

Simone Vasconcelos

Ex-diretora administrativo-financeira da SMP&B, ela foi condenada por unanimidade. Era responsável pela distribuição de recursos da agência de Marcos Valério em hotéis e em agência bancária para políticos.

Geiza Dias

Ex-gerente financeira da SMP&B, Geiza acabou absolvida por 9 votos a um, vencido o ministro Marco Aurélio Mello. Ela foi considerada uma funcionária sem importância da agência de Marcos Valério, sem conhecimento do esquema.

Anderson Adauto

O ex-ministro dos Transportes, hoje prefeito de Uberaba (MG), acabou absolvido por unanimidade. Ministros do STF consideraram que não há provas de que ele intermediou pagamento a políticos do PTB.